

1. Caracterização da Unidade Curricular

1.1. Designação da Unidade Curricular

1.1.1. Designação

Direito da União Europeia

Curso(s):

Solicitadoria (P.L.)

Solicitadoria

1.1.2. *Designation*

European Union Law

Course(s):

Degree in Law Studies

1.2. Sigla da área científica em que se insere

1.2.1. Sigla da área científica

D

1.2.2. *Scientific area's acronym*

D

1.3. Duração da Unidade Curricular

1.3.1. Duração

Semestral

1.3.2. *Duration*

Semestral

1.4. Total de horas de trabalho

1.4.1. Horas de trabalho

Horas de Trabalho: 0000:00 ; 0150:00

1.4.2. *Working hours*

Working hours: 0000:00 ; 0150:00

1.5. Total de horas de contacto

1.5.1. Horas de contacto

(T) Teóricas:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas:	0000:00 ; 0067:30	(OT) Orientação Tutorial:	0000:00
(P) Práticas:	0000:00	(E) Estágio:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais:	0000:00	(O) Outras:	0000:00
(S) Seminário:	0000:00		
Horas Contacto:	0000:00 ; 0067:30		

1.5.2. Contact hours

(T) Theoretical:	0000:00	(TC) Field Work:	0000:00
(TP) Theoretical-practical:	0000:00 ; 0067:30	(OT) Tutorial Guidance:	0000:00
(P) Practical:	0000:00	(E) Internship:	0000:00
(PL) Laboratory practices:	0000:00	(O) Other:	0000:00
(S) Seminar:	0000:00		
Contact Hours:	0000:00 ; 0067:30		

1.5.3. % Horas de contacto à distância

Sem horas de contacto à distância

1.5.4. % Remote contact hours

No remote hours

1.6. ECTS

6

2. Docente responsável e respetiva carga letiva na Unidade Curricular

2.1. Docente responsável e carga letiva (preencher o nome completo)

CARLOS CARRANHO PROENÇA

TPSLN11 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais), TPSLN12 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais)

2.2. Responsible academic staff member and lecturing load (fill in the full name)

CARLOS CARRANHO PROENÇA

TPSLN11 (4.5 week hours; 67.5 semester hours), TPSLN12 (4.5 week hours; 67.5 semester hours)

3. Outros docentes e respetivas cargas letivas na Unidade Curricular

3.1. Outros docentes e respetivas carga letivas

AMPARO SERENO ROSADO

TPSLD11 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais), TPSLD12 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais)

3.2. *Other academic staff and lecturing load*

AMPARO SERENO ROSADO

TPSLD11 (4.5 week hours; 67.5 semester hours), TPSLD12 (4.5 week hours; 67.5 semester hours)

4. Objetivos de aprendizagem

4.1. Objetivos de aprendizagem e a sua compatibilidade com o método de ensino (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular de Direito da União Europeia visa habilitar o aluno com conhecimentos aprofundados sobre a ordem jurídica da União Europeia que lhe permitam compreender as suas origens e fundamentos, de forma a poder equacionar de maneira correta o seu funcionamento atual. Após proporcionar o conhecimento da estrutura institucional, procurar-se-á revelar a dinâmica do Direito da União Europeia, explorando, na integração económica, as quatro liberdades. O Tribunal de Justiça da UE e os instrumentos contenciosos, bem assim a original via processual do reenvio prejudicial merecerão especial destaque. O Estudante deverá ser capaz de compreender que às entidades públicas e privadas e aos próprios cidadãos são atribuídos direitos e obrigações através do ordenamento jurídico europeu e também por que formas esses direitos podem ser exercidos, bem como podem estas entidades ser obrigadas ao seu cumprimento.

4.2. *Learning objectives and their compatibility with the teaching method (knowledge, skills and competencies to be developed by students)*

European Union Law aims to provide students with general knowledge of the legal aspects of the European Union, both in the institutional plan as well as in litigation. After basic knowledge of the structure, efforts will be directed at revealing the dynamics of the European Union law, considering the economic integration, in particular, the four freedoms. The student should be able to understand that at both public and private entities and citizens themselves are assigned rights and obligations through the European legal order. Also, the student should be able to acknowledge what forms these rights may be exercised, and how these entities may be compelled to comply with it.

5. Conteúdos programáticos

5.1. Conteúdos

1 ? História e Direito Institucional da União Europeia

1 ? Das Comunidades Europeias à União Europeia;
2 - As instituições e os órgãos da União Europeia;

2.1. O Parlamento Europeu

2.2. O Conselho Europeu

2.3. O Conselho

2.4. A Comissão

2.5. O Parlamento Europeu

2.6. O Tribunal de Justiça da União Europeia (Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e tribunais especializados)

2.7. O Banco Central Europeu

- 2.8. O Tribunal de Contas Europeu
- 2.9. Alguns órgãos e organismos da União Europeia

3 - Alguns processos de decisão

- 3.1. Processo de alargamento
- 3.2. Processo ordinário de revisão dos Tratados
- 3.3. Processo legislativo ordinário e processos legislativos especiais

4 - Os atos das Instituições

- 4.1. Atos legislativos e não legislativos
- 4.2. Atos vinculativos e não vinculativos
- 4.3. Os regulamentos e as diretivas

5 - Os princípios fundamentais de direito comunitário;

- 5.1. Primado
- 5.2. Aplicabilidade direta
- 5.3. Efeito direito
- 5.4. Interpretação do direito nacional em conformidade com o Direito da UE
- 5.5. Responsabilidade dos Estados membros por violação do Direito da UE
- 5.6. Princípios da competência por atribuição, subsidiariedade e proporcionalidade

6 - O contencioso da União Europeia:

- 6.1. Ações por incumprimento
- 6.2. Recursos de anulação
- 6.3. Ação por omissão
- 6.4. Ação de indemnização
- 6.5. Exceção de ilegalidade
- 6.6. Reenvio prejudicial

II - A integração económica

- 1 - Da União Aduaneira à União Económica e Monetária;

- 2 - As Liberdades de circulação;
- 2.1 - A liberdade de circulação de mercadorias;
- 2.2. - A liberdade de circulação de pessoas, em especial dos trabalhadores;
- 2.3. - A livre prestação de serviços e o direito de estabelecimento;
- 2.4. - A liberdade de circulação de capitais;

3- O Direito Europeu da Concorrência.

- 3.1. A proibição dos cartéis, conluíus ou ententes
- 3.2. A proibição da exploração abusiva de posições dominantes
- 3.3. A proibição dos auxílios de Estado

5.2. *Syllabus*

I ? History and Institutional Law of the European Union

1 ? From the European Communities to the European Union;

2- The Institutions and bodies of the European Union;

2.1. The European Parliament

2.2. The European Council

2.3. The Council

2.4. The Commission

2.5. The European Parliament

2.6. The Court of Justice of the European Union (Court of Justice, General Court and specialised courts)

2.7. The European Central Bank

2.8. The European Court of Auditors

2.9. Certain bodies, offices and agencies of the European Union

3 - Some decision-making procedures3.1. Enlargement process

3.2. Ordinary procedure for the revision of the Treaties

3.3. Ordinary legislative procedure and special legislative procedures

4 - The acts of the institutions

4.1. Legislative and non-legislative acts

4.2. Binding and non-binding acts

4.3. Regulations and directives

5 - The fundamental principles of Community law;4.1. Rule

5.2. Direct applicability

5.3. Right effect

5.4. Interpretation of national law in accordance with EU law

5.5. Liability of Member States for breach of EU law

5.6. Principles of conferral of competence, subsidiarity and proportionality

6 - Litigation of the European Union:

6.1. Actions for failure to fulfil obligations

6.2. Actions for annulment

6.3. Action for failure to act

6.4. Action for damages

6.5. Exception of illegality

6.6. Reference for a preliminary ruling

II - Economic integration

1 - From the Customs Union to Economic and Monetary Union;

2 - Freedoms of movement;

2.1 - The free movement of goods;

2.2. - The free movement of persons, in particular workers;

2.3. - The freedom to provide services and the right of establishment;

2.4. - The free movement of capital;

3- European Competition Law.

3.1. The prohibition of cartels, collusion or ententes

3.2. The prohibition of abuse of dominant positions

3.3. The prohibition of State aid

6. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos

6.1. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O Direito da União Europeia é sempre um curso de âmbito geral, independentemente do grau em que o consideremos, quer porque a matéria será desenvolvida em cursos posteriores, quer porque se destina essencialmente a estabelecer uma base sólida para apoiar outras matérias. Como âmbito geral, é essencial abordar a chamada parte institucional para reconhecer as instituições da União e o seu funcionamento interno relativamente aos Estados-Membros, aos cidadãos e aos operadores económicos.

O estudo das chamadas quatro liberdades e regras de concorrência permite aos alunos conhecer alguns dos aspetos fundamentais da integração europeia e verificar a aplicação prática dessas regras e princípios, e perceber através do contencioso que existem mecanismos legais que tornam efetiva a implementação efetiva de tais regras.

Não menos importante é a matéria do contencioso europeu e do reenvio prejudicial, essencial num curso jurídico.

6.2. *Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives*

The European Union law is always a course of general scope, whatever the degree in which we consider it, either because the matter will be further developed in subsequent courses, or because it is essentially intended to establish a solid foundation to support other matters.

As a course of general scope, it is essential to approach the so-called institutional part in order to acknowledge the institutional structure of the Union and its rules of procedure relative to the Member States, citizens, and economic operators.

The study of the so-called four freedoms and competition rules allows students to meet some of the key aspects of European integration and verify the practical application of those rules and principles, and to realize through litigation that there are legal mechanisms that make it effective the actual implementation of such rules.

No less important is the matter of European litigation and the reference for a preliminary ruling, which is essential in a legal course.

7. Metodologias de ensino

7.1. Metodologias de ensino e de aprendizagem específicas da unidade curricular articuladas com o modelo pedagógico

Metodologia expositiva, que conjuga a vertente teórico-dogmática com a vertente prática, no estudo dos conceitos essenciais da unidade curricular.

Análise da legislação pertinente conjugada com o estudo de casos (jurisprudência) sempre que se justifique.

Pretende-se, também, colher do aluno os seus contributos, de forma a aferir que o mesmo acompanha a matéria.

Dependendo do conteúdo do programa e das metodologias que se aplicam, serão obtidos os resultados desejados.

7.2. *Teaching and learning methodologies specific to the curricular unit articulated with the pedagogical model*

Expository methodology, which combines the theoretical-dogmatic aspect with the practical aspect, in the study of the essential concepts of the curricular unit.

Analysis of the relevant legislation combined with case studies (case law) where appropriate.

It is also intended to collect the student's contributions, in order to assess that he follows the subject.

Depending on the content of the program and the methodologies that apply, the desired results will be obtained.

8. Avaliação

8.1 Avaliação

1. A avaliação contínua (pressupõe uma assiduidade mínima a definida em 70%) é constituída por dois testes ou um teste e um trabalho (50%), com ou sem apresentação e prova oral obrigatória (50%), sendo a classificação final formada pela média, que deverá ser igual ou superior a 10 (dez) valores.
2. A nota igual 7 (sete) valores ou inferior em qualquer dos elementos escrito e oral, implica a reprovação em Avaliação Contínua, tendo carácter eliminatório sendo que na participação deverá obter, pelo menos, valor igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. A avaliação por exame, em qualquer época, será constituída pela prova escrita (40%) e prova oral (60%), ambas obrigatórias;
4. A nota deverá ser em qualquer dos elementos de avaliação por exame superior a 7, tendo, por isso, carácter eliminatório, devendo a média dos dois elementos ser igual ou superior a 10 (dez) valores;
5. A matéria da UC está implicada nas UC de PSAS I e II, podendo aí ser questionada.

8.2 Evaluation

1. The continuous evaluation (assumes a minimum 70% of attendance) consists of two tests or one test and one job (50%), with or without presentation and a mandatory oral test (50%), and the final classification is formed by the average, which should be equal to or greater than 10 (ten) values.
2. The equal note 7 (seven) values or lower in any of the written and oral elements, implies the failure in Continuous Evaluation, having an eliminatory character and in the participation must obtain at least value equal to or greater than 10 (ten) values.
3. The evaluation by examination, at any time, will consist of the written test (40%) and oral test (60%), both mandatory;
4. The score shall be in any of the evaluation elements by examination greater than 7, and must therefore be eliminatory, and the average of the two elements shall be equal to or greater than 10 (ten) values;
5. The matter of this UC is involved in the UC of PSAS I and II, and can be questioned there.

9. Demonstração da coerência das metodologias

9.1. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da Unidade Curricular

Uma vez que se pretende dotar os alunos de um conjunto de conhecimentos que sirva de base à compreensão do funcionamento atual da União Europeia e à aplicação das suas regras e princípios, torna-se essencial que os alunos participem ativamente nas dinâmicas de aula e que desenvolvam ao longo do semestre um trabalho de investigação em curso, de forma a aumentar os seus conhecimentos e a ganhar a capacidade de relacionar os materiais do curso com os acontecimentos do dia-a-dia que envolvem a União Europeia.

Sem descurar a necessária exposição teórica dos materiais, a apreciação crítica dos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia e a preparação de questões para apresentar e discutir em sala de aula permitirão ao aluno uma utilização imediata e prática dos conhecimentos adquiridos em situações que se assemelham àquelas com que se defrontará como cidadãos, agentes estatais ou representantes dos operadores económicos. O estudo, acompanhado da legislação pertinente, especialmente dos Tratados, e da doutrina recomendada, permitirá aos alunos adquirir os conhecimentos subjacentes ao plano de estudos. Naturalmente, começaremos pela parte histórica, desde o nascimento da UE (ponto 1 da parte I do programa e seus subpontos) até ao último alargamento. Seguir-se-á o conhecimento do quadro institucional da União (ponto 2 da parte I do programa e respetivos subpontos), dos processos decisórios (ponto 3 da parte I do programa e respetivos subpontos) e dos atos decorrentes das atividades das referidas instituições (ponto 4 da parte I do programa e respetivos subpontos), princípios fundamentais (ponto 5 da parte I do programa e respetivos subpontos), contencioso e prejudicial (ponto 6 da parte I do programa e respetivos subpontos).

Estando numa Escola Superior de Administração e Contabilidade, é também necessário conhecer a fase atual de integração económica (ponto 1 da parte II do programa) e as liberdades fundamentais de circulação existentes no mercado interno europeu (ponto 2 da parte II do programa e respetivos subpontos), bem como comportamentos proibidos por violação das principais regras de concorrência (ponto 3 da parte II do programa e respetivos subpontos).

9.2. *Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes*

Since it is intended to give students a set of knowledge that serves as a basis to understand the current functioning of the European Union and the enforcement of the rules and principles, it becomes essential that students participate actively in class dynamics and that they develop throughout the semester an ongoing research work, in order to increase their knowledge and to gain the capacity to relate the materials of the course with daily events involving the European Union.

Without disregarding the necessary theoretical exposition of the materials, the critical appreciation of the judgments of the Court of Justice of the European Union and the preparation of issues to present and discuss in class will allow the student to an immediate and practical use of acquired knowledge in situations that resemble those with which they will face as citizens, state agents or representatives of economic operators.

The study accompanied by the relevant legislation, especially the Treaties, and the recommended doctrine, will allow students to acquire the knowledge underlying the syllabus. Naturally, we will start with the historical part, from the birth of the EU (point 1 of part I of the program and its subpoints) to the most recent enlargement. This will be followed by knowledge of the Union's institutional framework (point 2 of part I of the program and respective subpoints), decision-making processes (point 3 of part I of the program and respective subpoints) and acts arising from the activities of the aforementioned institutions (point 4 of part I of the program and respective subpoints), fundamental principles (point 5 of part I of the program and respective subpoints) litigation and preliminary ruling (point 6 of part I of the program and respective subpoints).

Being at a School of Administration and Accounting, it is also necessary to know the current phase of economic integration (point 1 of part II of the program) and the fundamental freedoms of movement existing in the European internal market (point 2 of part II of the program and respective subpoints), as well as prohibited behavior for violating the main competition rules (point 3 of part II of the program and respective subpoints).

10. Bibliografia de consulta/existência obrigatória

Principal

Machado, Jónatas E. M. - Direito da União Europeia, Gestlegal, 4.ª edição, 2022;

Proença, Carlos Carranho - Tutela Jurisdicional Efetiva no Direito da União Europeia: Dimensões Teoréticas e Práticas, Petrony, 2018;

Complementar

Duarte, Maria Luísa, Direito da União Europeia, Lições Desenvolvidas, 2.ª Reimpressão da 1.ª Edição, 2023;

Campos, João Mota de e João Luiz Mota de Campos - Manual de Direito Europeu, Coimbra Editora, 7.ª edição, 2014;

Campos, João Mota de - O Direito Processual da União Europeia - Contencioso Comunitário, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 2014

Quadros, Fausto de - Direito da União Europeia, Almedina, 3ª edição, Reimpressão de 2018

Henriques, Miguel-Gorjão - Direito da União: História, direito, cidadania, mercado interno e concorrência, 9ª edição, Almedina, Reimpressão de 2023;

Ramos, Rui Manuel Moura - Estudos de Direito da União Europeia, Gestlegal, 2.ª edição, 2019;

Duarte, OLIVEIRA, A. Sofia Pinto, A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: Âmbito de Aplicações - Direitos e Princípios, Petrony, 2018;

Martins, Ana Maria Guerra - Manual de Direito ds Uniaõ Europeia, Almedina, 2.ª edição, 2017;

Moura e Silva, Miguel - Direito da concorrência. Uma introdução jurisprudencial , Coimbra: Almedina, 2008;

Pitta e Cunha, Paulo de - Direito Institucional da União Europeia, Almedina, 2004;

Duarte, Maria Luísa - Contencioso Comunitário, Principia, 2003;

Quadros, Fausto de e Ana Maria Guerra Martins - Contencioso Comunitário, Almedina, 2002;

Duarte, Maria Luísa - Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias, Vol I, Tomo I, Lex, 2001;

Maria Luísa - Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias, Coimbra Editora, 2000;

Quadros, Fausto de - Direito Comunitário I- Programa, Conteúdos e Métodos do Ensino, Almedina, 2000.

Estrangeira

Craig, Paul e BURCA, Grainne De - Eu Law: Text, Cases, and Materials, Oxford University Press, 6.ª edição, 2018;

Borchardt, Klaus-Dieter - The ABC of EU Law, Directorate-General of Communication (European Commission), 2016;

Chalmers, Damian; Gareth, Davies; Monti, Giorgio - European Union Law: Text and Materials, Cambridge University Press, 2019;

Arnulf, Anthony - The European Union and its court of justice. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2006;

Lang, Michael, ed. lit.; PISTONE, Pasquale, ed. lit.; Schuch, Josef, ed. lit.; Staringer, Claus, ed. lit. - Procedural rules in tax law in the context of european union and domestic law. New York: Wolters Kluwer, cop. 2010. XLVIII;

Lenaerts, Koen; Arts, Dirk; Maselis, Ignace - Procedural law of the European Union. 2ª ed. London: Sweet & Maxwell, 2006;

Schermers, Henry G.; Waelbroeck, Denis F. - Judicial protection in the European Union. 6ª ed. The Hague: Kluwer Law International, 2001

Legislação

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Tratado de Roma) e Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht) com a redação do Tratado de Lisboa; e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Revistas Científicas

European Constitutional Law Review, Cambridge University Press Current Complete

European Union politics, SAGE Complete

JCMS Annual Review of the European Union, Wiley Online Library

11. Observações

11.1. Observações

11.2. *Observations*
